

APRESENTAÇÃO – EXPLICAÇÃO

O corte nas pensões e a sustentabilidade da Segurança Social e da CGA

- Este conjunto de “slides” foram utilizados numa intervenção que fiz num debate em que participei em Viseu no dia 18-10-2013, conjuntamente com o Dr. Vieira da Silva (ex-ministro do Trabalho) a convite do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI).
- Como contém um conjunto de dados, na sua quase totalidade oficiais, que poderão ser úteis a uma reflexão fundamentada sobre alguns dos maiores problemas que os portugueses enfrentam atualmente, decidi divulgá-los esperando que sejam úteis para o debate e reflexão nacional



**SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL
E DA CGA, PERSPETIVA FUTURA E IMPACTO DA
UNIFORMIZAÇÃO DE PENSÕES**

EUGÉNIO ROSA
Economista

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

QUANDO A “TROIKA” SAIR A SITUAÇÃO DE PORTUGAL SERÁ PIOR DO QUANDO ELA CHEGOU: entre 1996/2006 a dívida pública aumentou 1.640 milhões €/ano; entre 2006/2010 subiu 10.000 milhões €/ano, e após a chegada da “troika” a dívida cresceu 22.707 milhões €/ano. – FONTE: Banco de Portugal e Eurostat

ENTIDADES DEVEDORAS	Dezembro de 2010		Julho de 2013		Aumento %	
	Milhões €	% PIB	Milhões €	% PIB	Valor	Da % PIB
Administrações Públicas	185.844	107,5%	252.855	154,7%	36,1%	43,9%
Dívida Pública na ótica de Maastricht	162.473	94,0%	213.470	130,9%	31,4%	39,3%
Empresas privadas	306.772	177,5%	303.476	185,4%	-1,1%	4,5%
Particulares	178.186	103,1%	161.394	98,9%	-9,4%	-4,1%
TOTAL	833.275	402,1%	931.195	452,1%	11,8%	12,4%
FONTE: Boletim Estatístico - Setembro de 2013 - Banco de Portugal						
1996-2006	10 anos	59,2% PIB	69,4% PIB	10,2 p.p.=10 anos - 1.640 milhões €/ano		
2006-2010	4 anos	69,4% PIB	94% PIB	24,6 p.p. 4anos 10.000M€/ano		
2010-2013 (Jul)	3 anos	94% PIB	130,9% PIB	36,9 p.p. em 2,6anos 22.707 milhões €/ano		

Entre 2009 e 2013, as despesas com juros pagos pelo Estado aumentaram 80,1%, enquanto as transferências para o SNS diminuíram 4,9%

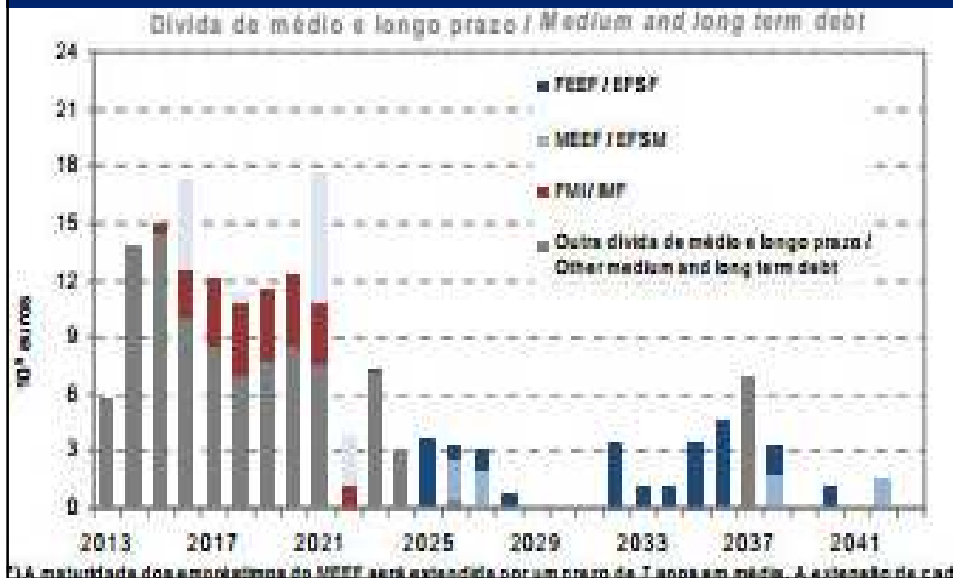
ANOS	DÍVIDA PÚBLICA Maastricht Milhões €	JUROS - Milhões €	Taxa média de juros	Transferências do OE para o SNS Milhões €
2009	141.055,1	4.212,2 (51,4% SNS)	3,0%	8.200,0
2010	162.473,3	4.895,9	3,0%	8.698,7
2011	185.240,7	6.870,9	3,7%	8.251,8
2012	204.843,6	7.154,2	3,5%	7.763,8
2013	211.357,0	7.587,5 (97,3% SNS)	3,6%	7.801,1
2013-09	+ 49,8%	+ 80,1%	+20,2%	-4,9%

FONTE: Procedimento dos Défices Excessivos – outubro 2013 - INE e DGO- MAPF

MONTANTES E PRAZOS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

PÚBLICA PORTUGUESA — Em 2014 Portugal terá de amortizar cerca de 14.000 milhões €; em 2015: 15.000 milhões € - A “troika” deixa o país mais endividado

FONTE: IGCP



É UMA ILUSÃO PERIGOSA PENSAR QUE PORTUGAL PODERÁ REDUZIR O DÉFICE E PAGAR A DÍVIDA APENAS CORTANDO NA DESPESA PÚBLICA E SEM CRESCIMENTO ECONÓMICO: a recessão tem destruído riqueza e a capacidade produtiva do país e reduzido o consumo das famílias agravando as suas condições de vida

Trimestre/ ANO	PIB (riqueza produzida)	FBCF (investi- mento)	Procura interna	Consumo das Famílias
	Milhões € a preços de 2006			
1º Trim.2011	40.514,6	8.082,2	46.040,0	25.813,5
2º Trim.2011	40.477,3	7.680,5	45.151,6	25.643,3
3º Trim.2011	40.282,5	7.293,5	44.567,2	25.636,7
4º Trim.2011	39.579,3	6.471,6	42.678,9	24.952,7
1º Trim.2012	39.546,2	6.879,6	42.819,1	24.465,5
2º Trim.2012	39.168,0	6.117,9	41.103,8	24.212,5
3º Trim.2012	38.839,4	6.307,4	41.349,4	24.143,6
4º Trim.2012	38.091,8	6.347,4	40.905,0	23.666,8
1º Trim.2013	37.922,3	5.784,5	40.245,9	23.497,3
2º Trim.2013	38.329,3	5.974,3	40.497,1	23.598,6
2013-2011	-2.185,3	-2.107,9	-5.542,9	-2.214,9
2013-11- em %	-5,4%	-26,1%	-12,0%	-8,6%

FONTE: CNT - 2º Trimestre 2013 - INE

AUMENTO DA RECEITA FISCAL TEM SIDO CONSEGUIDA FUNDAMENTALMENTE À CUSTA DO CORTE NO RENDIMENTO DISPONÍVEL DOS PORTUGUESES : De Jan./Ag. 2013, IRS aumentou 1705 milhões €, mas a receita fiscal total só cresceu 1.311 milhões €- FONTE: DGO – Ministério das Finanças

Receita fiscal	Execução Acumulada da Janeiro a Agosto		Variação Homóloga Acumulada
	2012	2013	
Impostos Diretos	8.382,7	9.979,1	19,0%
IRS	5.661,8	7.366,7	+ 30,1%
IRC	2.457,1	2.608,0	6,1%
Outros	263,8	4,4	-98,3%
Impostos Indiretos	12.372,2	12.087,2	-2,3%
ISP (produtos petrolíferos)	1.428,3	1.377,3	-3,6%
IVA (a quebra no IVA está subestimada já atinge cerca de -8%)	8.731,3	8.550,5	-2,1%
Imposto sobre Veículos (ISV)	263,3	233,6	-11,3%
Imposto sobre o tabaco	739,4	703,4	-4,9%
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas	110,7	111,8	1,0%
Imposto do selo	937,3	922,1	-1,6%
Imposto Único de Circulação (IUC)	126,5	159,0	25,6%
Outros	35,3	29,5	-16,3%
SOMA	20.754,9	22.066,3	6,3%

A SEGURANÇA SOCIAL SEMPRE APRESENTOU SALDOS POSITIVOS ELEVADOS, A SITUAÇÃO SÓ SE ALTEROU COM A RECESSÃO ECONÓMICA : Contribuições diminuem e despesas com subsidio de desemprego disparam – FONTE: Relatórios OE 2006/2013

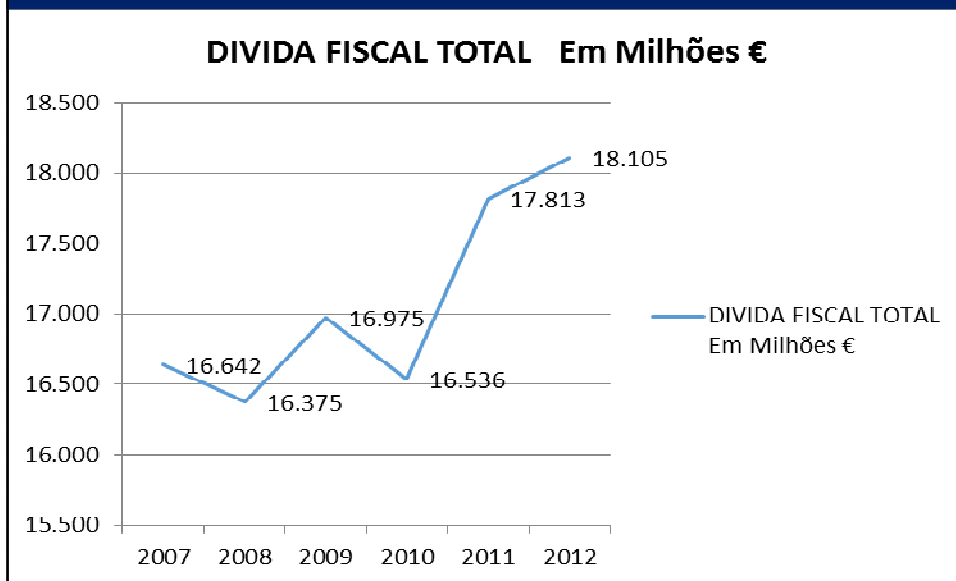
PERÍODO	Contribuições Milhões €	Despesa com Ação Social Milhões €	Subsidio de desemprego Milhões €	SALDO ANUAL Milhões €
2006	11.608	1.418	1.228	787
2007	12.370	1.472	1.685	1.172
2008	13.128	1.549	1.523	1.459
2009	13.866	1.616	1.576	1.555
2010	13.483	1.671	2.221	689
2011	13.746	1.549	2.104	439
2012	13.033	1.671	2.565	34
2013	13.202	1.678	2.691	3
2013-06	+ 13,7%	+ 18,4%	+ 119,1%	- 99,6%

QUE FAZER PARA GARANTIR NO ATUAL CONTEXTO SUSTENTABILIDADE DO ESTADO E DAS SUAS FUNÇÕES: uma estimativa da receita fiscal perdida devido á evasão e fraude fiscal associada e agravamento da injustiça fiscal – É URGENTE COMBATER A FRAUDE E EVASÃO O QUE NÃO ACONTECE

ANOS	PIB por habitante			Receita tributária por habitante			Estimativa da fraude e evasão fiscal anual
	UE27 Euros	Portugal Euros	PT % UE27	UE27 Euros	Portugal Euros	PT % UE27	Milhões €
2003	20.798 €	13.785 €	66,3%	5.283 €	3.175 €	60,1%	3.402
2004	21.737 €	14.255 €	65,6%	5.543 €	3.171 €	57,2%	4.856
2005	22.586 €	14.651 €	64,9%	5.850 €	3.370 €	57,6%	4.475
2006	23.773 €	15.219 €	64,0%	6.324 €	3.613 €	57,1%	4.598
2007	24.959 €	15.975 €	64,0%	6.700 €	3.876 €	57,8%	4.375
2008	24.988 €	16.198 €	64,8%	6.530 €	3.890 €	59,6%	3.641
2009	23.440 €	15.858 €	67,7%	5.890 €	3.484 €	59,1%	5.323
2010	24.420 €	16.250 €	66,5%	6.186 €	3.648 €	59,0%	4.979
2011	25.090 €	16.180 €	64,5%	6.457 €	3.862 €	59,8%	3.194
2012	25.595 €	15.674 €	61,2%	6.765 €	3.649 €	53,9%	5.203
SOMA DA EVASÃO E FRAUDE FISCAL NO PERÍODO 2003-2012							44.048

FONTE: Eurostat e INE

PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO ESTADO E DAS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS É NECESSÁRIO RECUPERAR A DIVIDA FISCAL: a dívida fiscal disparou após 2010, com o governo PSD/CDS e com a “troika” – FONTE : Ministério das Finanças



VALOR DA DIVIDA FISCAL PRESCRITA NO PERÍODO 2005-2011 : A falta de meios tem causado milhões € de receita fiscal perdida por prescrição

ANO	Valor da divida fiscal declarada prescrita Milhões €
2005	231,5
2006	500,5
2007	521,3
2008	1266,6
2009	572,6
2010	684,5
2011	615,9
SOMA	4392,9

FONTE: Relatório de Combate à Evasão e Fraude Fiscais e Aduaneiros – 2011 – pág. 92 – Ministério das Finanças

“Portugal é um dos países onde o risco do aumento do peso da despesa com pensões ameaçar a sustentabilidade do sistema será menor” (pág. 55 do Relatório OE-2014) Apesar disso o governo e a “troika” querem cortar ainda mais nas pensões

Gráfico II.3.12. Aumento da despesa com pensões em 2010-2060 (p.p. PIB)



Fonte: Comissão Europeia, "The 2012 Ageing Report".

A VERDADE SOBRE O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS NA SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL E DA CGA

(Entre 1992 e 2012, o nº ativos/idoso passou em Portugal de 4,8 para 3,4 – Eurostat)

- Os que argumentam que a situação é insustentável esquecem sempre:
 - (1) **O AUMENTO PRODUTIVIDADE** Segundo Pedro Nogueira Ramos, ex-diretor das Contas Nacionais do INE, de acordo com estimativas feitas pelo INE, em Portugal bastava um aumento médio anual da produtividade de 0,23% até 2030, e de 0,36% até 2060 para compensar a regressão demográfica: Entre 1953 e 2011, a taxa de crescimento média da produtividade em Portugal foi de 2,9% ao ano (Do livro: *“Torturem os números que eles confessam”*-pág.154-155)
 - (2) **O AUMENTO DO PIB POR EMPREGADO EM PORTUGAL ENTRE 1961 E 2010:** Segundo a Comissão Europeia (Statistical Annex of European Economy,19 Out.2012), entre 1961 e 2010, o PIB (riqueza criada) produzido por empregado em Portugal, a preços de 2005, aumentou 5,37 vezes mesmo com o baixo crescimento registado. Segundo Pedro Nogueira Ramos, professor de economia da Univ. Coimbra, ex-diretor das Contas Nacionais do INE, *“uma taxa de crescimento da produtividade de 0,5% ao ano é suficiente para compensar a evolução demográfica”* (Público, 4.3.2013)
 - (3) Do *“LIVRO BRANCO: Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis”* -Comissão Europeia 16-2-2012: *“Se fossem atingidos “os objectivos fixados pela U.E. em matéria de emprego ou igualar o desempenho dos países com melhores resultados poderia quase neutralizar os efeitos do envelhecimento da população sobre o peso das pensões no PIB”* (pág. 7)

Apesar da despesa pública por habitante com a protecção social nos países da U.E. ser muito superior à de Portugal o governo e “troika” pretendem reduzi-la significativamente

PAÍSES	Em % do PIB -2010	Em euros/Habitante 2010	% que despesa por habitante em outros países é > Portugal
UE27	29,4%	6.258	+78%
UE17	30,4%	6.969	+98%
Bélgica	29,9%	8.024	+128%
Dinamarca	33,3%	11.850	+237%
Alemanha	30,7%	8.177	+133%
Irlanda	29,6%	8.976	+155%
França	33,8%	8.575	+144%
PORTUGAL	26,9%	3.515	Base de comparação

FONTE: Eurostat

17,9% da população portuguesa (1,9 milhões de portugueses) já está no LIMIAR DA POBREZA . No entanto, 4,8 milhões só não estão no limiar da pobreza devido às pensões e outras prestações sociais que o governo e "troika" pretendem cortar ainda mais

ANO DE REFERÊNCIA DOS DADOS	2011
TAXA DE RISCO DE POBREZA (60% da mediana = 360€ 14 meses) – INE – População no limiar da pobreza	
Sem prestações sociais estariam no limiar da pobreza 4,8 milhões	45,4%
Só com pensões ficariam no limiar da pobreza 2,6 milhões	25,2%
Após pagamento de pensões e outras prestações sociais ainda ficam no limiar da pobreza 1,9 milhões	17,9%
Redução da taxa de risco da pobreza devido apenas às pensões (em pontos percentuais) que prova a falsidade do relatório do FMI	10,2pp
Redução da taxa de risco da pobreza devido a outras transferências sociais, ou prestações (em pontos percentuais)	7,3 pp

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - INE - 2012

CORTE DE 3.184 MILHÕES € NA DESPESA CONSTANTE NO OE-2014: Só nos rendimentos trabalhadores Função Pública: 1.320M€; Prestações sociais: 891 M€ = 2211M€

	Valores brutos	
	M€	% do PIB
Despesa com o pessoal	1.926	0,8
Atenuação da política de rendimentos	643	0,4
Aplicação do horário semanal de trabalho de 40h; redução de efetivos por aposentação e redução do trabalho suplementar	153	0,1
Execução de Programas de Rescisões por Mutuo Acordo	102	0,1
Utilização do Sistema de Requalificação de trabalhadores	59	0,0
Reformas estruturantes no sistema educativo	215	0,1
Outras medidas setoriais	148	0,1
Prestações sociais	891	0,6
Convergência da fórmula de cálculo das pensões da CGA com a Segurança Social	728	0,4
Não acumulação dos efeitos da convergência das pensões da CGA com a GES	-340	-0,2
Ajuste da idade de acesso à pensão de velhice com base no factor de sustentabilidade	205	0,1
Introdução de condições de recursos nas pensões de sobrevivência	100	0,1
Outras medidas setoriais	198	0,1
Prestações sociais em espécie	21	0,0
Consumo Intermediário	460	0,3
Reforma Hospitalar e otimização de custos na área da Saúde	207	0,1
Racionalização de custos e redefinição de processos nas áreas da Segurança e Defesa	124	0,1
Outras medidas setoriais	129	0,1
Subsídios	163	0,1
Redução das indemnizações compensatórias para o Setor Empresarial do Estado	90	0,1
Outras medidas setoriais	64	0,0
Investimento	290	0,2
Outra despesa corrente	48	0,0
Total de medidas do lado da despesa	3.184	1,9
Contribuição de Despesa	3.184	1,9
Impostos sobre a produção e a importação	170	0,1
Impostos sobre o rendimento e o património	340	0,1
Contribuições sociais	188	0,1
Alteração nas contribuições para ADSE, SAD e ADM	132	0,1
Ações de fiscalização e cobrança coercitiva da Segurança Social	31	0,0
Outras medidas com efeito em contribuições sociais	5	0,0
Outras receitas	416	0,2
Otimização do uso de fundos europeus no Emprego e Segurança Social	199	0,1
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	100	0,1
Aumento da contribuição sobre o setor bancário	50	0,0
Outras medidas	67	0,0
Total de medidas do lado da receita	894	0,6
Perda de receita fiscal das medidas em despesas com pessoal e prestações sociais	-314	-0,2
Perda de receita contributiva do empregado das medidas em despesas com pessoal	-145	-0,1
Aumento de Receita	594	0,3

O AUMENTO DA IDADE DE REFORMA/APOSENTAÇÃO PARA 66 ANOS EM 2014: através da alteração da fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade que reduz a pensão que o governo quer fazer

ANOS	Esperança de vida aos 65 anos	A redução na pensão determinada pelo aumento do fator de sustentabilidade		
		Ano utilizados	Fator de sustentabilidade obtido	Redução (%) da pensão
1970	13,5	1970/2012	0,717	-28,34%
1980	14,7	1980/2012	0,78	-21,97%
1990	15,7	1990/2012	0,833	-16,67%
2000	17,04	2000/2012	0,904	-9,6% / -12% - Futuro
2001	17,42	2001/2012	0,925	-7,54%
2002	17,55	2002/2012	0,932	-6,85%
2003	17,51	2003/2012	0,929	-7,06%
2004	17,76	2004/2012	0,943	-5,73%
2005	17,9	2005/2012	0,95	-4,99%
2006	17,94	2006/2012	0,952	-4,78%
2012	18,84			
2013		(Fator atual)	0,952	-4,78% (atual)

REDUÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO RESULTANTE DO EFEITO CONJUGADO DO CORTE RETROATIVO DE 10% E DA C.E.S. – FONTE: Relatório OE-2014

Quadro II.3.8. Ilustração da combinação dos efeitos convergência e aplicação da CES

Valor da pensão CGA (antes de qualquer corte)	Efeito convergência na fórmula de cálculo CGA (Redução de 10%)	Valor da pensão CGA (após convergência)	Redução por via da CES	Redução efetiva por via da CES (por aplicação da PLOEM)	Valor final pensão	Taxa de variação final (%)
1 000	100	900	0	0	900	-10,0%
1 400	140	1 260	49	0	1 260	-10,0%
1 800	180	1 620	53	0	1 620	-10,0%
2 200	220	1 980	127	0	1 980	-10,0%
2 600	260	2 340	191	0	2 340	-10,0%
3 000	300	2 700	255	0	2 700	-10,0%
3 400	340	3 060	319	0	3 060	-10,0%
3 800	380	3 420	380	0	3 420	-10,0%
4 200	420	3 780	420	0	3 780	-10,0%
4 600	460	4 140	460	0	4 140	-10,0%
5 000	500	4 500	500	0	4 500	-10,0%
5 400	540	4 860	596	55	4 805	-11,0%
5 800	580	5 220	696	116	5 105	-12,0%
6 200	620	5 580	796	176	5 405	-12,8%
6 600	660	5 940	896	236	5 705	-13,6%
7 000	700	6 300	996	296	6 005	-14,2%
7 400	740	6 660	1 096	356	6 305	-14,8%
7 800	780	7 020	1 259	479	6 541	-16,1%
8 200	820	7 380	1 459	639	6 741	-17,8%
8 600	860	7 740	1 659	799	6 941	-19,3%

Fonte: Ministério das Finanças.

A PENSÃO DE APOSENTAÇÃO (CGA) CORRESPONDENTE AO TEMPO DE SERVIÇO ATÉ 2005 (P1) JÁ É PRATICAMENTE IGUAL À PENSÃO DA SEGURANÇA SOCIAL CORRESPONDENTE AO TEMPO DE SERVIÇO ATÉ 2006 PARA UM TRABALHADOR COM O MESMO TEMPO DE SERVIÇO E SALÁRIOS, MAS O GOVERNO QUER AINDA REDUZIR EM 10% A DA CGA

REGRAS DA CGA ATUAIS: Pensão actual na Função correspondente a 30 anos de serviço feitos até 2005 e calculada com base em 90% da remuneração revalorizada (+8,24%) de 2005	Valor pensão 843 €
REGRAS DA CGA QUE O GOVERNO QUER IMPOR: Pensão na Função Pública correspondente a 30 anos de serviço feitos até 2005 com base em 80% da remuneração revalorizada (+8,24%) de 2005	Valor pensão 749 €
REGRAS ATUAIS DA SEGURANÇA SOCIAL: Pensão do mesmo trabalhador (mesmos salários e mesmo tempo) calculada com as regras da Segurança Social (a remuneração de 2005 é revalorizada em +17,1%)	Valor pensão 819 €

CORTE NAS REMUNERAÇÕES DA FUNÇÃO PÚBLICA – artº 33º da proposta de Lei OE2014 – o corte é feito sobre “a remuneração total ilíquida” – Este corte afeta o valor da pensão reduzindo-o

REMUNERAÇÃO	Redução	Remuneração em 2014 após a redução	CORTE - Em euros
620 €	2,60%	603,90 €	-16 €
650 €	2,80%	631,80 €	-18 €
670 €	3,00%	649,90 €	-20 €
690 €	3,10%	668,60 €	-21 €
700 €	3,20%	677,60 €	-22 €
750 €	3,00%	727,50 €	-23 €
800 €	3,90%	768,80 €	-31 €
850 €	4,20%	814,30 €	-36 €
900 €	4,50%	859,50 €	-41 €
1.000 €	5,20%	948,00 €	-52 €
1.400 €	7,90%	1.289,40 €	-111 €
1.500 €	8,60%	1.371,00 €	-129 €
1.700 €	10,00%	1.530,00 €	-170 €
2.500 €	12,00%	2.200,00 €	-300 €
3.000 €	12,00%	2.640,00 €	-360 €

EFEITOS DOS CORTES E IRS NO SALÁRIOS E PENSÕES

(Não se entrou com o efeito do aumento de preços que atinge cerca de 7,4%)

ANO	SALÁRIO/ PENSÃO ILÍQUIDA MENSAL	IRS deduzido das deduções à coleta – Valor anual	Outros des- contos (S. Social, ou CGA e ADSE) Valor anual	SALARIO / PENSÃO LIQUIDA MENSAL	VARIAÇÃO SALÁRIO/P ENSÃO LIQUIDA 2011/2013
2011 (remuneração)	1.000 €	593 €	1.540 €	840 €	
2013 (remuneração)	1.000 €	1.364 €	1.540 €	785 €	-6,5%
2011 (Remuneração da Função Pública)	1.492 €	2.280 €	2.611 €	1.118 €	
2013 (remuneração Função Pública de 1492€ com corte 10%)	1.360 €	2.800 €	2.523 €	959 €	-14,2%
2011 (Pensão)	600 €	15 €		599 €	
2013 (Pensão)	600 €	409 €		571 €	-4,7%
2011 (Pensão CGA sem corte)	1.270 €	1.054 €	267 €	1.163 €	
2013 (Pensão da CGA de 1270€ com corte de 10%)	1.143 €	1.934 €	360 €	966 €	-16,9%

A PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA PAGA PELA CGA (50%) É INFERIOR À PAGA PELA SEGURANÇA SOCIAL (60%) EM TERMOS PERCENTUAIS: (1) CGA: Até 2005 apenas 50% da pensão de aposentação do cônjuge falecido; depois de 2005: 50% P1+60%P2; (2) SEGURANÇA SOCIAL: 60% da pensão do cônjuge falecido – DUPLO CORTE NAS PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA DA CGA

- 1- **Artº 7º da Proposta de Lei 171/XII/2ª** : “As pensões de sobrevivência de valor superior a 1 IAS (419,22€) pagas pela CGA têm o valor global ilíquido em 31-12-2013 reduzido em 10%”
- **Artº 116, nº 1 da Proposta de Lei do OE2014**: “As pensões de sobrevivência a atribuir a partir de 1 de Janeiro de 2014, pela CGA, I.P., e pela Segurança Social, aos cônjuges sobre-vivos e aos membros sobre-vivos de união de facto de contribuintes do regime de proteção social convergente ou beneficiários do regime geral de segurança social que percebam valor global mensal a título de pensão igual ou superior a € 2 000 são calculadas por aplicação das taxas de formação da pensão constante da tabela constante da pág. 126 da proposta de lei OE-2014 que determina redução nas pensões de sobrevivência entre 6% e 17% (CGA), e entre 7% e 21% (Segurança Social)
- O artº 116º , nº4 da Proposta de Lei do OE-2014 manda aplicar o corte às pensões que já estão a ser pagas pela CGA e pela Segurança Social, duplicando assim o corte sobre as pensões de sobrevivência que já estão a ser pagas pela CGA

TABELA DE CÁLCULO DAS PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA PAGAS PELA CGA E PELA SEGURANÇA SOCIAL (artº 116º, Nº1 da proposta de Lei OE-2014): Mantém a divergência entre as pensões da CGA e da Segurança Social apesar deste governo falar tanto em convergência

Valor global mensal das pensões	Taxa da pensão de formação da pensão sobrevivencia		REDUÇÃO NA PENSÃO DE SOBREVIVENCIA	
	A - CGA: De pensões de aposentação calculada com base nas regras até 2005	B - De pensões da Segurança Social e de subscritores da CGA inscritos depois 1993	A (Diferença em relação a 50%)	B (Diferença em relação a 60%)
De 2000€ a 2250€	44%	53%	-6%	-7%
De 2250€ a 2500€	43%	51%	-7%	-9%
De 2500€ a 2750€	40%	48%	-10%	-12%
De 2750€ a 3000€	38%	45%	-12%	-15%
De 3000€ a 4000€	34%	41%	-16%	-19%
Mais de 4000€	33%	39%	-17%	-21%

AS PENSÕES DE SOBREVIVENCIA PAGAS PELA CGA SÃO BAIXAS E O GOVERNO PRETENDE FAZER UM CORTE DUPLO: 69% dos pensionistas de sobrevivência da CGA recebem pensões inferiores a 500€ - Valores de 31.12.2012 – FONTE: CGA

Escalão de pensão (€)	Sobrevivência	
	Número	%
Até 118.68	2 522	2.1
De 118.69 a 200.00	27 843	22.5
De 200.01 a 300.00	16 932	13.7
De 300.01 a 400.00	23 498	19.0
De 400.01 a 500.00	14 555	11.7
De 500.01 a 600.00	9 107	7.3
De 600.01 a 700.00	9 518	7.7
De 700.01 a 800.00	4 742	3.8
De 800.01 a 900.00	2 842	2.3
De 900.01 a 1 000.00	2 353	1.9
De 1 000.01 a 1 250.00	5 388	4.3
De 1 250.01 a 1 500.00	2 507	2.0
Superior a 1 500.00	2 135	1.7
	123 942	100.0

POR QUE RAZÃO A CGA ENFRENTA ATUALMENTE DIFICULDADES FINANCEIRAS ? – EXPLICAÇÃO:		
O governo transformou a CGA num sistema fechado (a partir de 2005 nenhum trabalhador se pôde inscrever nela) o que causou a perda de receita de 1.514 milhões € /ano, e o aumento das aposentações devido à insegurança à insegurança na Função Pública o que aumentou a despesa em 1.497 milhões €/ano		
ANOS	SUBSCRITORES	APOSENTADOS/ REFORMADOS
2005	739.664	378.279
2006	708.997	393.663
2007	675.560	402.668
2008	636.110	416.012
2009	603.840	428.752
2010	586.391	440.144
2011	559.104	453.129
2012	531.184	462.446
Variação 2005-2012	- 208.480 (Menos 1.514 milhões € receita /ano)	+84.167 (Mais 1.497 milhões € despesa/ano)

FONTE: Relatórios e Contas - CGA - 2005-2012

POR QUE RAZÃO A CGA ENFRENTA ATUALMENTE DIFICULDADES FINANCEIRAS ? – Se o Estado tivesse contribuído com 23,75% das remunerações só no período 1993/2003 a CGA (mas a CGA tem muitas dezenas anos) o excedente teria permitido que agora existisse um Fundo de Estabilização Financeira com 14.444 milhões € - FONTE: CGA						
ANOS	Quotizações dos trabalhadores	Contribuições serviços	Transferências do OE para a CGA	SOMA (Contribuições + OE)	Diferença entre devia à CGA e o Pago	DIFERENÇA CAPITALIZADA 4%
	VALORES EM PERCENTAGEM DAS REMUNERAÇÕES			Milhões contos até 2011 e milhões €	Milhões €	
1993	8%	1,2%	9,1%	10,4%	199	2.178
1994	10%	1,5%	9,9%	11,4%	195	2.052
1995	10%	1,5%	13,8%	15,3%	142	1.439
1996	10%	1,6%	15,2%	16,8%	126	1.219
1997	10%	1,5%	16,8%	18,3%	101	941
1998	10%	1,6%	17,0%	18,6%	104	935
1999	10%	1,7%	16,2%	17,9%	131	1.128
2000	10%	1,6%	16,6%	18,2%	136	1.125
2001	10%	1,6%	14,9%	16,5%	195	1.559
2002	10%	1,8%	16,6%	18,5%	750	1.154
2003	10%	2,8%	17,6%	20,4%	481	712
MÉDIA %	9,8%	1,7%	14,9%	16,6%		
FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA DA CGA QUE PODIA SER CRIADO SE O GOVERNO NÃO TIVESSE DESCAPITALIZADO A CGA - VALOR OBTIDO CAPITALIZANDO À TAXA DE 4% SÓ O EXCEDENTE DE 1993-2003 - Milhões euros						14.444

POR QUE RAZAO A CGA ENFRENTA ATUALMENTE DIFICULDADES FINANCEIRAS ? A transferência de fundos de pensões para resolver défices orçamentais está a agravar também a situação financeira da CGA e do OE porque os ativos transferidos não são suficientes para pagar as pensões

Entidades cujos Fundos de Pensões foram transferidos para a CGA	Valor nominal dos ativos na data de transferência para a CGA - Milhões €	Valor Balanço desses ativos em 2011 Milhões €	Perdas acumuladas em 2011 Milhões €
ANA	135,1	85,4	-49,6
CGD	2.123,7	1.351,2	-772,5
Portugal Telecom	1.939,5	1.637,1	-302,4
MARCONI	369,9	312,6	-57,3
SOMA	4.568,2	3.386,4	-1.181,8
TOTAL DOS ATIVOS transferidos para a CGA	4.965,9	3.641,4	-1.324,5

FONTE : Conta da CGA - 2011

A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL ESTÁ DEPENDENTE DO CRESCIMENTO DO EMPREGO, E ESTE DO CRESCIMENTO ECONÓMICO O QUE É IMPEDIDO PELA POLITICA DE AUSTERIDADE: Estimativa da receita perdida devido desemprego

ANO	Desemprego oficial Mil (INE)	RECEITA PERDIDA DEVIDO AO DESEMPREGO (Calculo com base na remuneração média) - Milhões euros	RECEITA PERDIDA DEVIDO DESEMPREGO (Cálculo com base no ganho médio) Milhões €
2000	205,6	614	731
2001	215,6	682	813
2002	272,3	910	1.086
2003	342,3	1.187	1.414
2004	365	1.312	1.559
2005	422,3	1.571	1.864
2006	427,8	1.637	1.944
2007	448,6	1.759	2.102
2008	427,1	1.752	2.094
2009	528,6	2.237	2.664
2010	602,6	2.638	3.154
2011	706,1	3.308	3.897
2012	923,2	3.952	5.165
SOMA		23.561	28.489

QUE FAZER PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL: uma estimativa da receita perdida devido à evasão e fraude contributiva – As medidas para um combate não são tomadas

ANOS	CONTRIBUIÇÕES POTENCIAIS (as que deviam ter sido cobradas de acordo com dados do MSSS e do INE) - Em milhões €		CONTRIBUIÇÕES COBRADAS Em milhões €	RECEITA PERDIDA Milhões €	
	Calculadas com base RBMM do MSSS	Calculadas com base no GMM do MSSS		Calculadas com base na RBM	Calculadas com base no GM
2003	10.504	12.418	10.469	35	1.949
2004	11.228	13.294	10.438	790	2.856
2005	11.798	13.990	10.887	911	3.103
2006	12.751	15.119	11.608	1.143	3.511
2007	13.315	15.881	12.369	946	3.512
2008	14.176	16.949	13.082	1.094	3.867
2009	14.268	17.119	13.128	1.140	3.991
2010	14.582	17.387	13.483	1.099	3.904
2011	15.086	17.758	13.746	1.340	4.012
2012	14.696	17.205	13033	1.663	4.172
SOMA	132.404	157.120	122.243	10.161	34.877

FONTE: Boletim Estatístico do MSSS e do Banco de Portugal, Relatórios CGA, e Relatórios OE- DGO do Ministério das Finanças

EVOLUÇÃO DAS DIVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL NO PERÍODO 2005-2012: Que fazer para inverter esta situação? No OE2014 está previsto uma recuperação de apenas 31 milhões € - Não é assim que se garante a sustentabilidade da Segurança Social

ANOS	DIVIDAS ACUMULADAS À SEGURANÇA SOCIAL Milhões €			AUMENTO ANUAL DA DIVIDA Milhões €	Provisões acumuladas criadas pelo governo para anular/perdoar dívidas Milhões €
	Médio e Longo Prazo	Curto Prazo	TOTAL		
2005	0,1	2.150,00	2.150,10		233,7
2006	0,1	3.174,20	3.174,30	1.024,10	310,2
2007	2.744,60	1.475,40	4.220,00	1.045,80	2.447,70
2008	3.895,30	1.354,00	5.249,30	1.029,20	3.592,70
2009	4.849,60	1.776,90	6.626,50	1.377,20	4.560,00
2010	5.739,90	1.530,60	7.270,50	644	5.437,70
2011	3.407,00	3.735,00	7.142,00	-128,5	3.402,30
2012			9.779,00	2.637,00	4.305,60

FONTE: 2005-2011: Balanços da Segurança Social incluídos nos Relatórios OE 2006-2013; 2012: Conta Geral do Estado de 2012 - Ministério

QUE FAZER PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL: Criar um novo sistema de cálculo das contribuições das empresas para a Segurança Social com base no VAL (riqueza líquida criada) e não nas remunerações – O sistema atual já não se adequa às empresas

ANOS (Fonte: INE)	VAL a preços de mercado Milhões €	Remunerações Milhões €	Parcela do VAL que não contribui para a Seg. Social - Milhões €
2000	107.161,3	62.624,0	44.537,3
2001	112.816,1	66.110,0	46.706,1
2002	117.483,3	69.374,0	48.109,3
2003	119.480,5	71.223,0	48.257,5
2004	124.268,8	73.648,0	50.620,8
2005	128.009,6	77.359,0	50.650,6
2006	133.555,4	79.640,0	53.915,4
2007	140.968,6	82.876,0	58.092,6
2008	142.237,5	85.984,0	56.253,5
2009	138.708,5	85.757,0	52.951,5
2010	141.694,6	86.653,0	55.041,6
2011	139.131,4	85.629,0	53.502,4
SOMA	1.545.515,6	926.877,0	618.638,6

PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL: É necessário um sistema em que o cálculo das contribuições das empresas fosse com base no VAL o que determinaria que as empresas contribuíssem de acordo com a riqueza criada eliminando também a concorrência desleal entre empresas, pois muitas das empresas que contribuem menos para a Segurança Social são as que criam menos emprego e têm mais lucros – É urgente alterar esta injustiça – FONTE: INE

SECTOR E SUBSECTORES	VAB Mil euros		CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS Mil euros		% Contribuições do VAB	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Empresas não financeiras	85.969.966	82.736.082	9.572.112	9.468.230	11,1%	11,4%
Pesca e agricultura	107.558	112.980	16.832	17.463	15,6%	15,5%
Indústrias extractivas	519.502	527.311	43.615	40.509	8,4%	7,7%
Indústrias transformadoras	18.468.797	16.310.459	2.089.310	1.972.559	11,3%	12,1%
Electricidade, gás , águas	3.350.960	3.635.699	103.978	105.528	3,1%	2,9%
Construção	9.580.312	8.845.389	1.153.188	1.099.403	12,0%	12,4%
Comercio por grosso e a retalho	16.282.993	15.626.646	1.904.120	1.897.115	11,7%	12,1%
Transportes e armazenagem	6.422.143	6.422.744	732.145	726.133	11,4%	11,3%
Alojamento e restauração	2.971.004	2.922.495	432.198	432.714	14,5%	14,8%
Actividades imobiliárias	2.104.734	1.974.265	103.299	96.056	4,9%	4,9%